

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 1

**ÁREA DE TAQUIGRAFIA E PUBLICAÇÃO-ATP**

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

COMISSÃO: Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

DATA: 24/09/2001

HORA: 15 horas

FOLHAS:

01 a 58

PRESIDENTE: Deputado Edson Rezende

PARTICIPANTES: Deputado Durval Ângelo

CONVIDADOS: Maria de Lourdes  
Maria Auxiliadora  
João Paz Rocha  
Márcio Santiago  
Marcelino Antônio Edwiges  
Marcelino  
Robson Sávio  
Fernando Massote  
Antônio do Carmo  
Andrei  
José Justo da Silva  
Wilson Souza  
Francisco Sales  
Evaristo Garcia  
Leonardo André Paixão  
Secretário Cleber  
Vereador Otávio Freitas  
Toninho  
Maria Felicidade  
Telmiro de Carvalho

OBS.: Como não foi feita a roteirização da reunião, eventuais falhas na identificação dos oradores poderão ocorrer  
Notas taquigráficas sem revisão dos oradores.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 2

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Há número regimental. Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos. É com muita alegria que estamos em Nova Lima para discutir tema tão importante. Quero convidar a tomarem assento à Mesa a Dra. Maria de Lourdes Rodrigues Santagema, representando o Procurador-Geral do Estado; o Sr. Marcelino Antônio Edwiges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região; o Sr. Fernando Massote, Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG; o Dr. Guilherme Ribeiro Câmara, Vice-Diretor de Saúde dos Trabalhadores do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; o Sr. Otávio Freitas, Vereador de Nova Lima; o Sr. Wander José Guadá Borges, Prefeito de Sabará; o Sr. Alair Caetano Rocha, Prefeito de Raposos; o Sr. Cleber Tavares, Secretário de Saúde de Nova Lima, representando o Prefeito, o Sr. Raimundo Cirilo da Silva, Prefeito de Rio Acima; o Sr. Désio Cafiero Filho, Secretário do Meio Ambiente de Raposos; o Sr. Tarso de Souza Tibal, Secretário do Meio Ambiente de Nova Lima; o Sr. João da Paz Rocha, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Indústria de Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima e Região; o advogado Leonardo André Paixão; o Sr. Marcos Wellington de Castro Tito; o Sr. Wilson Souza, representando o Vereador Paulão, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Sr. Robson, representando o Sr. José Francisco da Silva, Secretário-Adjunto de Direitos Humanos da

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 3

Secretaria de Justiça de Minas Gerais; os Deputados Federais Sérgio Miranda e Nilmário Miranda; a Sra. Marília Buchadê (?), Chefe da Divisão de Proteção e Controle de Mananciais da COPASA; o Sr. Carlos Antônio Pereira, Secretário de Meio Ambiente de Rio Acima; o Sr. Marcelino, Presidente do Sindicato dos Mineiros; o Dr. Sérgio André da Fonseca Xavier, Diretor do Fórum da Comarca de Nova Lima; o Vereador Jaconias Gomes de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima; o Dr. Márcio Santiago, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Também registro as presenças do Sr. Evaristo Garcia, representante dos mineiros silicóticos; da Sra. Maria Auxiliadora Oliveira Barbosa; do Sr. Toninho, ex-membro do Sindicato dos Mineradores; e da Sra. Maria Felicidade.

Essa audiência pública é histórica dentro do contexto de Nova Lima, da sua história de riqueza e de problemas, principalmente em relação à questão ambiental, a mina e seu impacto na saúde humana, especialmente no pulmão. Sou médico pneumologista e conheço muito bem os problemas da silicose.

Antes de iniciar os trabalhos, quero ler a resposta que o Sr. Roberto Carvalho Silva, Presidente da Mineração Morro Velho, nos encaminhou.

(-Lê:)

**O Sr. Presidente** - Essa não é questão de sensibilidade da empresa, é de direito do trabalhador. No momento em que admite um

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 4

trabalhador, a empresa sabe que as condições são desfavoráveis à sua saúde, que está exposto à sílica, em condições de gerar doença grave chamada silicose.

Não é questão de sensibilidade a decisão de indenização, é direito do trabalhador. É isso que queremos discutir. Enquanto instituição que representa o povo de Minas Gerais, a Assembléia Legislativa tem o direito de visitar a mina de Morro Velho.

Não é o diretor da mina que impõe as condições - se antes ou depois da audiência pública -, visitaremos a mina na próxima semana ou em qual for, porque a Assembléia Legislativa tem o direito de verificar as condições da mina.

Só não o fizemos hoje porque o pneumologista, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, que também faria essa visita, estava em audiência com o Ministério Público. Mas nós, parlamentares, estaremos lá com os médicos pneumologistas, que terão o direito de verificar as condições das minas.

O Sr. Antônio Roberto dos Santos entrou com ação judicial. Vou ler alguns tópicos para fazermos o comentário final sobre a sentença final. (Lê:) "Em seu depoimento, o autor afirma que, durante todo o tempo em que trabalhou para a suplicada, ou seja, para a Mina de Morro Velho, a mesma fornecia máscara de proteção a poeira, botina, abafador de ruídos, luvas, etc., e o submetia a treinamentos. Possuía jornada de trabalho reduzida e sabia o motivo pelo qual percebia o adicional de insalubridade. A prova testemunhal também

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 5

deixa claro que a suplicada tomava medidas preventivas contra a sílica, todavia a perícia concluiu que a silicose é inerente à atividade de mineração. Quem trabalha na mineração está exposto aos problemas da silicose. Já a indenização (que o Sr. Antônio pede) será calculada com base no salário que o autor ganhava antes de aposentar e será contada da data que foi aposentado até que complete 50 anos de idade, que é a idade limite para continuar trabalhando no subsolo (art. 301 da CLT). Além do mais, será descontado do valor a ser indenizado todo o adicional de insalubridade que lhe foi pago. Enfim, ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para condenar a suplicada a indenizar ao autor o valor do último salário que ganhava antes de aposentar, a contar da data da aposentadoria, até que atingisse 50 anos de idade, com juros e correção monetária a contar da citação e apurado esse valor...", e continua.

Então, o que é a insalubridade? Um documento que impede a pessoa de ter doença quando é acrescentado? E essa insalubridade vale o preço de uma vida? Outra coisa, é até os 50 anos; e quem viver para além dos 50 anos, não é indenizado? Há alguém aqui acima de 60 anos que foi indenizado? (- Pausa.) Só antes dos 50? (- Pausa.) Nem antes.

Outra coisa que quero citar aqui é que há um termo de depoimento de testemunha da denúncia, de 29/3/99. O nome completo é José do Carmo Veiga de Oliveira, e o seu defensor faz a seguinte pergunta ao Juiz: "Dada a palavra ao Defensor, às suas perguntas o Juiz respondeu que, ao receber imóvel para moradia naquela comarca, o

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 6

informante, ou seja, o Juiz, o recebeu nas mesmas condições que eram dadas aos funcionários da Mineradora Morro Velho, ou seja, se os imóveis eram subsidiados aos funcionários, as mesmas condições também o eram para o informante e os Juízes que adjudicavam naquela comarca". Quer dizer, o Juiz que julgava os trabalhadores da Morro Velho tinha um imóvel da Mina. Essa é uma questão séria, que vamos levantar aqui.

É importante que esta audiência pública promova o debate e que saiamos daqui com decisões importantes. O encaminhamento que a Comissão de Direitos Humanos dá a essa questão tem duas bases, do meu ponto de vista. Uma jurídica, ou seja, o acordo feito ou os que virão a ser. O segundo ponto é a questão da assistência à saúde daqueles que hoje estão submetidos ao problema da silicose. Qual é o nível de acompanhamento, de atenção à saúde e qual é a atenção dada por pneumologistas no acompanhamento dessa doença, que, sabemos, evolui? Penso que esses sejam os dois pontos principais.

A Comissão de Direitos Humanos não está aqui para promover baderna ou levantar falso testemunho. Pelo contrário, está atendendo ao clamor dos trabalhadores de Nova Lima, que merecem respeito e fazem jus a estarmos aqui. (- Palmas.)

As propostas que serão apresentadas hoje são extremamente importantes para que algo de concreto seja feito. Não quero questionar o acordo de R\$7.000,00 a R\$10.000,00, nem quem o assinou, em que momento, em que condições. Mas digo, enquanto especialista

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 7

dessa área, que R\$7.000,00 a R\$10.000,00 não indeniza ninguém com silicose, não lhe dá condição de subsistir, nem de tratar da sua doença. (- Palmas.)

Não sei quais foram as condições. Estamos aqui exatamente para ouvir, entender e saber que condições foram essas e em que situação estará aquele com silicose com seus R\$7.000,00 ou R\$10.000,00. Queremos saber se essa indenização dá-lhe condição para se tratar, para sobreviver, para manter sua família. Quanto gastará de medicação, de oxigenoterapia, que o Estado até nem está oferecendo? Essa é a maior questão. O que foi decidido está acabado, mas agora se coloca outra questão: se essas decisões são benéficas aos trabalhadores ou não. Essa é a questão que a Comissão de Direitos Humanos coloca.

Solicito, para efeito de notas taquigráficas, que os trabalhadores de Raposos levantem as mãos. (- Pausa.) Os de Nova Lima também, que são a grande maioria. (- Pausa.) Os de Rio Acima. (- Pausa.) Há alguém de Sabará? São poucas pessoas.

Quero encerrar as minhas palavras dizendo que estaremos num momento importante, vamos discutir a questão e, ao final das palavras dos expositores da Mesa, passaremos ao debate. Com a palavra o Deputado Durval Ângelo, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e um dos autores deste requerimento. Fez o requerimento para Belo Horizonte e eu fiz para Nova Lima, mas, no final das contas, ambos estamos nesta luta. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 8

O Deputado Durval Ângelo - Obrigado, Presidente.

Convidados, senhoras e senhores, a música diz que a dor da gente não sai no jornal, mas é tão forte a dor dos que trabalham nas minas de Morro Velho, e o vazio que a empresa deixa em nossas montanhas e em nossa natureza é tão grande como o vazio deixado em nossas almas. A nossa dor é tão grande que contagia a família toda. Toda a família sofre com o atingido pela silicose. A nossa dor é tão grande ao vermos os nossos direitos sendo vilipendiados, desprezados, que, com toda certeza, acaba saindo no jornal. E isso acaba não sendo verdade no verso dessa música.

E gostaria de fazer um pequeno histórico. A sociedade brasileira despertou para o problema da silicose das minas de Morro Velho na heróica luta dos sindicatos no final da década de 50 e início da de 60. Semana passada, almocei, como sempre faço, com um dos grandes protagonistas dessa luta, que é o irmão e companheiro Dazinho. Paralítico na cama e ainda sofrendo pela silicose, chorou emocionado quando eu disse que estaria hoje aqui, porque aqui não deixou só uma parte do seu pulmão, mas deixou enterrado nessas minas de Morro Velho o seu coração.

É evidente que toda aquela luta de Dazinho e seus companheiros foi abortada pelo golpe militar de 1964, período difícil, de sombras na sociedade brasileira. E quero registrar que essa luta ressurgiu em 1990 ou um pouquinho antes, no final dos anos 80, com a ação de uma brava companheira, a Deputada Sandra Starling,

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 9

que fez aquela vinda histórica da primeira comissão de Deputados à Mina de Morro Velho e jogou para a sociedade brasileira essa dor reprimida e sufocada. Foi importante, naquele momento, a atuação de um grupo de jovens Promotores, tendo à frente Jackson Campomizzi, hoje Procurador-Geral Adjunto. E esse grupo de jovens Promotores assumiu, junto com Sandra Starling e outros Deputados Estaduais, a luta.

Do ponto de vista legal, do que representa a lei brasileira, nos seus limites, quando trata da questão da insalubridade - lei arcaica, da época da escravidão, quando prevalecia o chicote, e não relação de trabalho baseada nos direitos humanos -, podemos até entender que é um avanço. Mas, do ponto de vista humano, da dor de cada um, da vida subtraída, toda essa discussão jurídica se torna uma vergonha.

E aí queremos reafirmar que temos de dar um sentido político a essa luta, porque, com toda certeza, se formos só pelo lado jurídico, vamos esbarrar em uma legislação brasileira arcaica e ultrapassada, que está na defesa dos interesses do capital e não do trabalho. É por isso que temos de traduzir essa luta em luta política. (- Palmas.)

O papel da Comissão de Direitos Humanos é divulgar a luta de vocês. Nem temos poder para mudar a legislação, que é federal, e somos Deputados Estaduais. Não temos poder talvez para forçar que alguém da Mina de Morro Velho venha aqui e seja ouvido pela Comissão,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 10

mas temos grande força para sensibilizar a sociedade mineira. Já tiraram o ouro de nossa terra, e não podemos permitir que tirem também a vida de nosso povo. Esse tem de ser o nosso grito. (- Palmas.)

E gostaria de dizer da prepotência da Mina de Morro Velho, esses gringos que cada vez mais demonstram total desprezo pelo nosso País. Tiraram daqui toda a nossa riqueza, como sempre fizeram desde 1500, e tratam reivindicação de trabalhadores como se fosse baderna, agitação, calúnia, difamação. Se talvez estivéssemos no tempo da ditadura, como fizeram com Dazinho, colocariam a polícia na porta para nos prender. Talvez o saudosismo deles seja da época da ditadura.

Temos direito, enquanto comissão da Assembléia, de entrar em todos os lugares da Mina de Morro Velho. E, se não permitirem, vamos requisitar força policial para executarmos o nosso trabalho de fiscalização. (- Palmas.) Vamos solicitar que a polícia nos proteja. E o Sr. Roberto Carvalho Silva pode ficar sabendo que, se não for na semana que vem, na outra estaremos na porta da empresa. E vamos divulgar isso a todos os trabalhadores, vamos dar ciência disso a essa cidade.

É evidente que nós, individualmente, não podemos com a força da segurança da empresa, que contrata, como sabem, Delegados de Polícia, Coronéis da Polícia Militar, para serem responsáveis pela sua segurança. Denunciei o fato, há cinco ou seis anos, e nada indica

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 11

que houve mudança. Solicitaremos força policial para que um organismo que defenda o povo possa estar presente, verificando as condições de trabalho na Mina de Morro Velho.

Aqui, não vale a lei da Inglaterra ou a do capitalismo selvagem internacional, vale aquilo que consideramos como poder dentro da legislação de uma CPI. Portanto, se for o caso, vamos criar uma CPI. Vou levar essa discussão para a Assembléia junto com o Deputado Edson Rezende. Aí, o Presidente da Mina de Morro Velho, quer queira, quer não, terá de vir aqui prestar depoimento na CPI e durante 120 dias o Brasil inteiro vai estar sabendo disso. Precisamos de parceiros nessa luta. Precisamos do Ministério Público, que é o fiscal da lei e tem de estar do lado do povo e dos trabalhadores; da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos; dos partidos políticos, do PV, PT, PDT, Pcdob, etc.; da OAB; e dos sindicatos. Temos que deixar bem claro que a luta não é só dos mineiros de Nova Lima, é de todo o povo brasileiro. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Com a palavra, a Dra. Maria de Lourdes, representando o Dr. Nedens.

**A Sra. Maria de Lourdes** - Exmº Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Edson Rezende, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, saúdo a idéia da Assembléia Legislativa de fazer essa audiência pública, uma oportunidade de colocarmos alguns pontos que, provavelmente, poucos conheçam. Ao terminar esta audiência, fico preocupada com o

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 12

que cada um pensará, mas espero que ao encontrarem comigo, no Fórum, na rua, ou em qualquer lugar de Nova Lima, possam me olhar de frente e confiar no Ministério Público.

Antes de qualquer outro assunto, quero me ater à ação civil pública de que tanto está se falando, quando, na verdade, poucos aqui conhecem o teor dessa ação. Pois bem, ao chegar à Comarca de Nova Lima, em 21/5/98, encontrei entre outras ações a Ação Civil Pública nº 18.247/99, em curso desde novembro de 1991. Essa ação foi proposta pelo Ministério Público do Estado contra a Mineração Morro Velho, reivindicando o pagamento de indenização de acidente de trabalho em favor de 694 trabalhadores aposentados e seus sucessores, acometidos pela silicose a serviço da empresa. Na época, fomos informados de que a relação desses trabalhadores foi passada ao Ministério Público pelo sindicato e pela associação de aposentados. Quando assumi a direção dessa ação, estava em grau de recurso no STF, após proferidas três decisões em que o Ministério Público tinha perdido. Na primeira preliminar perdemos em Nova Lima e duas vezes no Tribunal de Alçada, tanto em apelação quanto em embargos infringentes. Infelizmente, vou ter de usar alguns termos jurídicos. O Ministério Público recorreu ao STJ, onde conseguimos decisão favorável. Mas a Mineração recorreu ao STF. Na fase preliminar essa ação contava com 15 volumes, aproximadamente 3.091 páginas, correndo o risco de perder tudo. Alguns ministros já tinham se pronunciado e estávamos dependendo de apenas um voto. Para o Ministério Público era questão de ganhar ou

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 13

perder na preliminar. Se perdêssemos, perdíamos tudo. Ou seja, 694 pessoas estariam impedidas de continuar a ação, com exceção daquelas que ainda não tinham sido atingidas pela prescrição de 20 anos.

Dada a dificuldade e o risco que tínhamos de perder a ação em Brasília ou continuarmos aqui passando por todos os percalços de uma demanda, dei continuação a um entendimento com a empresa, que já tinha sido iniciado pelo Dr. Jacques. A empresa tinha chegado a um acordo de mais ou menos R\$12.000,00. Acontece que só aceitava fazer esse acordo se fosse em terras.

Assim, passei a assumir a Presidência desse processo. Os autos principais estavam em Brasília. Peço a atenção para que, depois, não saiam dizendo que foram enganados. Quando assumimos, havia decidido entrar com petição para arrestar ou acautelar alguns bens, visando a garantir futura indenização, caso, em Brasília, fôssemos vitoriosos. Quando ajuizamos a inicial, que é chamada de ação cautelar incidental, calculamos a indenização, com base no valor que foi dado à causa, atualizando-o, porque, à época, a mineração questionou o valor que o Ministério Público estipulou sobre essa causa. Calculamos, atualizamos e dividimos o valor pelas 694 pessoas. A indenização seria de R\$12.000,00. Com isso, tentamos melhorar esse acordo, porque, para a empresa, ao Ministério Público ajuizar ação cautelar seria muito fácil concordar, dizendo que, já que o valor é esse, acordará com relação ao pagamento. Tinha a esperança de

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 14

chegarmos mais à frente. A nossa negociação não foi irresponsável. Promovemos discussão entre a Associação dos Aposentados, a empresa, o sindicato e o Ministério Público. Depois de 1 ano e 6 meses, chegamos a um valor tal que qualquer um que quisesse aderir estaria consciente de que aquilo era o que tinha sido acordado. Não sei quantos estavam no teatro, mas, no dia 25 de novembro, foi convocada uma assembléia, a que o Ministério Público compareceu. Esclarecemos toda a questão. Expliquei, repeti três vezes e falarei mais uma vez. Ninguém está obrigado a aderir ao acordo. Cada um pode continuar com a ação. Estávamos temendo que perdêssemos tudo. Na verdade, o acordo não é de R\$7.000,00 de R\$10.000,00. É de R\$10.000,00, de R\$13.000,00 e de R\$7.000,00. Informaram-me que, das 694 pessoas que entraram com essa ação, 411 aderiram ao acordo, sendo que 129 não estavam no acordo. Não vim para agradecer, mas para falar a verdade. Infelizmente, essa é a verdade. Esse senhor que moveu a ação e estava aqui, sobre quem o Deputado mencionou, depois da decisão judicial, aderiu ao acordo. Essa foi a informação que recebi. Quando foi calculado o valor que a empresa teria de pagar, era menos do que o acordo estipulava. O Ministério Público defende, nessa ação, o interesse de 694 pessoas.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Obrigado. Com a palavra, a Sra. Maria Auxiliadora, representante dos silicóticos e uma das promotoras desta audiência.

**A Sra. Maria Auxiliadora** - Já disse tudo que desejava. Todos que já trabalharam com ouro não merecem morrer pedindo esmola,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 15

nem para o Ministério Público, nem para a Mineração Morro Velho. Agradeço a presença dos Deputados, do Sr. Robson, grande amigo que tem nos apoiado muito. Os trabalhadores não estão aqui para pedir esmolas. Desejamos justiça e o direito a um tratamento, porque todos estão morrendo à míngua sem direito a medicamento, tendo que mendigar na mineração. Quem trabalhou com ouro não merece morrer à míngua. Onde está o ouro das nossas Minas Gerais? Meu pai não está à míngua porque morreu em um hospital. O meu irmão está doente. Não quero ver vocês passando pelo que passei. Obrigada, Deputado Durval Ângelo, Deputado Edson Rezende, Sr. Robson e Sr. Garcia.

**O Deputado Durval Ângelo** - Sabemos que a situação é polêmica, uma vez que envolve vidas. Todos têm direito à indignação, mas lembro que esse movimento tem sua força na união e na firmeza de seus princípios. Assim, para que a audiência possa transcorrer, é necessário que ouçamos as colocações de todos. Como estamos gravando a reunião, a fim de torná-la pública, e a imprensa está presente, é importante demonstrar a força de nossos argumentos, que já gritam por si só, mas é necessário termos paciência. Todos gostam de ser ouvidos, mas precisamos de tranqüilidade.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Com a palavra, o Sr. João Paz.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 16

O Sr. João Paz Rocha - Sr. Presidente, Deputados, Promotora, Presidente do Sindicato, senhores e senhoras, em 1990, foi criada a Associação de Aposentados de Nova Lima, Raposos e Região. Nessa época, um processo de silicose foi ganho, em Santa Luzia. Muitos trabalhadores souberam do fato, pois tal processo tramitou na Justiça por muito tempo e terminou em um acordo.

Imediatamente, o Sindicato de Nova Lima procurou o Dr. Jackson, que resolveu colocar nossa causa na Justiça, em 25 de novembro de 1991, sendo que demorou nove anos para se julgar o mérito do processo. Nessa época, sugeriu que se formulasse o mesmo acordo já feito.

Antes, porém, em 1997, já me preocupava a situação desse processo, porque muitos trabalhadores diziam que já estava terminado e perdido, sendo que apenas o mérito havia sido julgado. Houve um mal-entendido. Posteriormente, apareceram diversos outros casos na Justiça, com outros advogados, inclusive o Dr. Paulo.

Com essa situação, a maioria das pessoas ficou com dois processos: um com o Dr. Paulo e outro com a Promotoria Pública. A situação ficou difícil, e tomei posição no sentido de saber sobre o andamento do processo em Brasília. Emiti carta com os seguintes dizeres: "Nova Lima, 12 de maio de 1997. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Sr. Presidente. José Calixto Ramos. João da Paz Rocha, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Nova Lima e Região, atendendo a inúmeras solicitações dos

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 17

trabalhadores, vem solicitar de V. Exa. interceder junto ao STJ, confirmando tramitação do Processo nº 18892000614/8 de indenização, patrocinado pelo Ministério Público.”.

Procurei esse esclarecimento, devido à conversa de que o processo já tinha acabado e ao surgimento de outros processos, como os daqueles que contrataram o Dr. Paulo. Assim, ficaram dois processos para apenas uma causa, e enxergávamos o perigo disso.

E foi isso que aconteceu. O Juiz não pode julgar dois processos, todos sabemos disso. São 683 pessoas no Ministério Público, e a maioria tem dois processos com o Dr. Paulo.

O Juiz procurou meios de solucionar esse problema. A maioria dos senhores acha que os processos estão com o Dr. Paulo, mas não, porque não existem dois processos. O Juiz colocou-os no primeiro, contra o Ministério Público. Então, grande parte dos trabalhadores não está no processo do Dr. Paulo. O Juiz os tirou para que os processos tramitassem na Justiça, e são muitos.

Tenho avisado a várias pessoas que procurem a Promotoria Pública para receberem informações, porque esse acordo termina em novembro e muitos ficarão em situação difícil, porque não estão no processo do Dr. Paulo. Não sei porquê não foram informados disso. Grande parte das pessoas não sabe que não está mais no processo do Dr. Paulo.

A Promotora pode falar, porque já discutimos esse assunto bastante. Temos dúvida do que vai acontecer com essas pessoas, que

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 18

vão se perder e não poderão mais acionar a Justiça, porque já terão passados 20 anos. Então, peço a todos que procurem a doutora, que vai esclarecer a situação. Não estão sendo esclarecidos pelas pessoas envolvidas no processo.

Queria dizer que, desde o princípio, desde aquela reunião que foi feita, ninguém é obrigado a fazer o acordo. Muitos não vão fazer, porque ninguém é obrigado. As pessoas é que mandam, são as donas do processo. A elas cabe falar o que querem, o que desejam. Se não desejam fazer o acordo, não o façam, ninguém é obrigado. O sindicato não obrigou, a associação de aposentados também não.

Conheço todas as pessoas e sei que muitas não vão fazer acordo, mas devem procurar seus advogados e mostrar a situação de que es falando: muitas pessoas já não fazem parte do processo do Dr. Paulo, porque o Juiz as tirou. Como o processo da Promotoria Pública entrou primeiro na Justiça, o Juiz passou as pessoas para ele. E são muitas essas pessoas.

Todos que me procuraram estão sendo encaminhados para a Promotora e alguns já até fizeram o acordo depois que tomaram conhecimento da situação. Portanto, não estão mais no processo do Dr. Paulo. Estou lhes dizendo isso para que não tomem prejuízo. Procurem a Promotora, que vai esclarecer tudo. Devem fazer isso para terem maior conhecimento.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Com a palavra,**  
Márcio Santiago.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 19

O **Sr. Márcio Santiago** - Permitam-me permanecer sentado, por problemas físicos.

A presença da OAB se deve ao convite da Assembléia Legislativa. Achei que deveria estar aqui, apesar de tudo já ter sido dito.

A matéria é muito complicada, muito difícil, e a luta merece o apoio da OAB, disso não tenho dúvida. A partir de amanhã, tentarei entrar em contato com todas as entidades que aqui estão, para me inteirar de toda a situação. O próprio Deputado já lançou várias questões de direito, das quais a OAB quer se inteirar para ter uma palavra mais consistente. Rapidamente comporemos essa luta com vocês.

Também concordo com o Durval: se formos apenas no campo legal, será complicado. Obrigado. (- Palmas.)

O **Sr. Presidente** - Solicito à nossa assessoria que pegue o nome, telefone e endereço das representações sindicais e da Câmara Municipal, que também está aqui, para que, ao final, incluindo o Dr. Márcio Santiago, já tenhamos em mãos os telefones e endereços para facilitar seu trabalho.

Passo a palavra ao Sr. Marcelino Antônio.

O **Sr. Marcelino Antônio Edwiges** - Assumimos o sindicato há três meses. Nosso primeiro compromisso de campanha foi dar total atenção às ações de silicose em andamento. O que não há de negar é que nós, do sindicato, os silicóticos não chegarão ao seu objetivo

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 20

com agressão. Primeiro temos que entrar em um processo de convencimento. Parabéns para a audiência pública. Esse é um processo político. Temos que mostrar a situação dos silicóticos de Nova Lima. Assumimos nosso compromisso de campanha. Passamos o departamento jurídico do sindicato para seis advogados, contratamos um escritório especialista em indenizações de trabalho. Em 1991, quando a direção do sindicato àquela época resolveu mover essa ação de silicose e contactou o Ministério Público, nós, trabalhadores e silicóticos, demos total apoio. O Ministério Público tinha competência para falar por nós e achou por bem, devido a todas as dificuldades, fazer aquele apoio. Não vou entrar no mérito se foi justo ou injusto. É um problema que está aí e a maioria não sabe da sua verdadeira situação. Soltamos um boletim avisando para terem cuidado com os aproveitadores, porque hoje, infelizmente, como toda classe, existem os bons e maus profissionais. Existem muitas pessoas querendo tirar proveito até dessa ninharia que receberão. Só queremos que se inteirem da verdadeira situação. Soltamos um boletim orientando no sentido de que procurem as pessoas certas. Hoje estão prometendo mundos e fundos, mas existe uma situação que tem que ser respeitada. Vários advogados perderam prazos e vocês não sabem disso. Chamei o Sr. Francisco há pouco tempo para alertá-lo, como muitos de vocês. Não vamos falar nada das ações posteriores a 91. As pessoas que ajuizaram ações depois do Ministério Público podem prosseguir com a ação por 1, 10, 20 anos se for preciso, mas as pessoas que estão no

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 21

Ministério Público têm que ter cuidado porque a situação de muitos já está definida. Muitos que podiam prosseguir com a ação contrataram advogados que não tiveram o cuidado de analisar essas ações. O Sr. Francisco é testemunha disso. O Dr. Paulo Sales ficou com 400 processos engavetados e com isso muitos perderam o direito de prosseguir com a ação. Procurem o sindicato para se informarem da real situação. Estamos prontos para ajudá-los. Contratamos um escritório para isso e receamos que existam advogados que sabem da situação e não estão informando a realidade para não afastar outros possíveis clientes. Muitos já estão com a situação definida. Vão nadar, nadar e morrer na areia. Não queremos isso. Não queremos que advogados aproveitadores venham pegar 20% de vocês numa coisa que já está definida. O sindicato faz um apelo para que participem mais da situação, porque não quero, em 25 de novembro, ouvir falar que foram enganados. Procurem saber da situação agora, porque muitos não podem prosseguir com a ação. Procurem se informar com as pessoas certas.

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Robson Sávio Reis.

**O Sr. Robson Sávio** - Boa-tarde. Cumprimento os Deputados Edson Rezende e Durval Ângelo por essa iniciativa da audiência pública em Nova Lima. Gostaria de começar partilhando uma coisa que acho muito importante e que tem tudo a ver com essa reunião. Eu e o Dr. Marcos Santiago fazemos parte da Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura. Chegamos aqui um pouco atrasados porque hoje,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 22

na comissão, foram aprovados os primeiros relatórios indenizando quatro cidadãos mineiros vítimas de tortura durante o regime militar. Esse é um trabalho exaustivo que está sendo feito no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, que pretende, com os valores simbólicos de indenização, reparar um grave erro de arbitrariedade do Estado durante o regime militar. Muitos presenciaram ou foram vítimas dessas arbitrariedades e o Estado reconhece esses excessos e quer se penitenciar com esses exageros. Com essa notícia que estou dando aqui em primeira mão começo reconhecendo o esforço de todos vocês. No final do ano passado, D. Auxiliadora e o Sr. Garcia procuraram a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos solicitando apoio nessa luta dos silicóticos. Recebemos os dois, naquela ocasião, por determinação do Secretário Adjunto de Direitos Humanos, Dr. José Francisco, foram desencadeadas uma série de ações, inclusive encaminhando todo o processo à Comissão de Direitos Humanos, ao Presidente, Deputado Edson Rezende, e citando que a Comissão, representante legítima de todos os cidadãos mineiros, promovesse audiências públicas ouvindo e encaminhando todas as questões. Na ocasião, notificamos ao Procurador-Chefe do Ministério Público a situação e pedimos à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado que determinasse um procurador para acompanhar o caso e encaminhamos também à OAB, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. A missão da Secretaria-Adjunta de Direitos Humanos é articular ações de defesa e

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 23

promoção dos direitos humanos em nosso Estado. Desde aquele momento continuamos com essa parceria e as portas continuam abertas para a D. Auxiliadora e para vocês. Esperamos que essas audiências públicas não fiquem somente nas idéias, mas redundem naquilo que é mais importante, que é a efetividade de direitos que cada um dos silicóticos e seus familiares têm, que é uma indenização justa, porque o acordo firmado é legal. Mas além da legalidade temos que primar pelos princípios da ética, do respeito aos direitos humanos e da justiça. E ainda temos um grande caminho a percorrer. Como já disseram os Deputados, isso é apenas o caminhar de um grande processo, porque lutar contra o poder econômico não é fácil. Aqui, em Nova Lima, ficamos assustados: recebi uma senhora em meu gabinete que me relatava que o seu filho adolescente foi preso por ordem judicial porque estava com essa camisa. Acabei de ler a ocorrência policial. Na camisa estava escrito: "Você vota, ele rouba. Sabe como ficou rico?" Quero encaminhar essa questão porque, além do problema dos silicóticos, temos outras questões para discutir no interior. Esse caso aconteceu em Nova Lima. Estou dizendo isso porque nas montanhas de Minas não pode vigorar injustiça e ilegalidade. Por quÊ em alguns lugares isso vigora e todos são obrigados a calar. a Secretaria-Adjunta de Direitos Humanos está junto com vocês nessa luta.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Com a palavra,**  
o Fernando Massote.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 24

O Sr. Fernando Massote - Boa-tarde. Lamento que a Promotora tenha saído, porque queria começar a minha fala com um episódio do qual foi protagonista. Solicitou que a olhassem de frente, respeitando-a. Quero dizer que quando a olharmos de frente lembraremos da cara feia que fez ao povo. É realmente uma cara feia, com todo respeito que temos à instituição que representa.

Sou professor de política na universidade, e oxalá pudéssemos ter aula como essa na universidade, porque estamos assistindo ao melhor da pedagogia política. A luta dos senhores começou há mais de um século, esse diálogo que estão tendo com as instituições do Estado não é de agora, tem longa história. Houve um período do qual participei, que foi a eleição do Dazinho, em 1961. Dazinho representou, o momento mais alto da luta, porque foram forte o suficiente para colocar um Deputado na Assembléia Legislativa.

Todos se lembram do que aconteceu. Foi cassado, juntamente com outros dois Deputados. Então, o voto foi violentamente cassado e é assim que a ditadura interrompeu aquele momento de diálogo entre os trabalhadores e as instituições do Estado. Por causa dessa interrupção que a ditadura provocou é que temos uma Promotora fazendo cara feia para o povo. É por causa da ditadura que esse ato não é somente para denunciar alguma coisa que se chama um acordo e que esse nome não pode ter, porque não há acordo nenhum quando uma das partes que se diz componente do acordo não está satisfeita. Não é acordo, mas injunção sobre o mais fraco. É, ainda, o resultado daquela força



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 25

com a qual a ditadura interveio contra o povo no nosso País. Por isso essa assembléia é importante, pois está sendo denunciado um acordo para os órgãos democráticos do Estado, para a imprensa, a opinião pública sabe disso. Não basta que a Mina diga que o acordo não está em discussão, pois está em discussão à luz da razão, da civilização, da democracia e de razões humanitárias profundas, que não reconhecem.

Portanto, esse nosso encontro é uma recomposição do diálogo democrático que iniciaram há mais de cem anos. Não haverá caminho, se esse processo não continuar. A Promotora tem coragem de assinar isso que chama acordo, mas não o é, tem vícios jurídicos colaterais, que depois serão discutidos pelos amigos advogados, entre os quais o Otávio e o Dr. Leonardo. Mas esse acordo foi assinado e outras coisas serão feitas contra o povo, se não continuar essa participação, esse diálogo e essa luta, dizendo que a cidade de Nova Lima é de vocês.

Para terminar meu discurso, lembrando que muitos estão aqui até com dificuldade de respirar, nossa tarefa é falar certo e rápido, quero recordar que vim agora de minha casa, no bairro Ouro Velho, e vi que as ruas e avenidas estavam sendo pintadas, os sinais amarelos no meio da estrada, árvores sendo plantadas, e pensei: "que beleza". Mas isso parece-me aquele tapete, em que tudo que é sujo fica invisível, porque é maneira de poder esconder tudo que não está limpo em Nova Lima. E a sujeira maior é a miséria e a injustiça, da qual são vítimas. (- Palmas.) Disse para um amigo que me acompanhava para não se deixar enganar por essas ruas bonitas, pela duplicação,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 26

asfalto, arborização, porque é necessário ver aquilo que o Prefeito, que a Justiça não quer mostrar.

Lembro grande poeta, o Cazuzza, naquela música que todos conhecem, quando diz que, no seu apartamento de Copacabana, abre a janela, vê lá embaixo o trabalhador, às 7 horas da manhã, esperando o ônibus. Lembra-se do desemprego, dos baixos salários, da miséria, tudo isso lá embaixo, no trabalhador que está esperando o ônibus chegar. Depois, olha para cima e vê o Cristo Redentor com seus braços abertos e diz: "braços que não protegem ninguém". Queremos uma Nova Lima que proteja quem necessita de Justiça. E, para isso, temos que modificar tudo aqui, começando pela Promotora, pelo Juiz. (- Palmas.) Obrigado.

**O Sr. Presidente** - O Deputado Durval Ângelo terá que sair, portanto passo-lhe a palavra.

**O Deputado Durval Ângelo** - Companheiros e companheiras, terei que me ausentar porque tenho reunião na Assembléia Legislativa às 17:30 horas. É importante termos claro que a ida de vocês à Comissão de Direitos Humanos, em Belo Horizonte, nossa ida ao Tribunal de Justiça, quando acompanhei a comissão, todas as idas à Secretaria de Direitos Humanos e essa audiência são etapas de uma luta que está apenas começando. Terão notícia de que entraremos com nossos técnicos da Comissão de Direitos Humanos nas minas de Morro Velho para trazer o quadro real da situação que lá existe e, com certeza, precisaremos da força de vocês para pressionarmos a

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 27

Assembléia para que seja criada a CPI da Mina de Morro Velho. (-  
Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Na visita à Mina de Morro Velho, gostaria que, entre aqueles que conhecem a Mina, duas ou três pessoas ficassem para o final, para combinarmos.

Com a palavra, Maria Felicidade.

**A Sra. Maria Felicidade** - Senhores, sou uma simples mulher que, há anos, lutou juntamente com outros por nós. Estou aqui para mostrar que se temos o 13º salário, a insalubridade e a natalidade, tudo foi conquistado por nosso sindicato. Estava na frente dessa luta com a força de Deus e de todos os colegas que aqui se encontram. Alguns talvez não se lembrem, mas temos que levantar muito a cabeça, porque o nosso sindicato é forte. Forte juntamente com todos os seus associados lutando e reivindicando. Não apenas o Presidente é forte.

Não sei se algum dos presentes sabe da caminhada que fizemos daqui a Belo Horizonte a pé. Acho que ninguém aqui é desse tempo, pois estava na frente. Na organização, na hora da reunião do sindicato, ninguém queria fazer a caminhada. Pedi para fazer a caminhada, e todos me atenderam. Hoje, estou velha, cansada e não agüento mais, mas estou junto de vocês para colaborar. Não vou receber pela insalubridade, porque não tenho direito, mas estarei sempre junto de vocês.

Agradeço a todos os Deputados que aqui vieram para nos ajudar. Se não tivéssemos força, os Deputados não viriam. Se aqui

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 28

viessem e não achassem ninguém, não haveria força. Temos que estar sempre unidos para que também recebamos colaboração. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Com a palavra, o Dr. Cléber, Secretário de Saúde de Nova Lima.

**O Secretário Cléber Tavares** - Boa tarde. É um prazer estar com todos aqui. Gostaria de elogiar a Assembléia Legislativa por incentivar essa participação popular. Nova Lima é modelo em organização sindical desde o Dazinho. Então, é legítimo, correto e inteligente vocês se organizarem e lutarem pelo direito que acham que têm. Naquilo que pudemos ajudar, o Prefeito Vítor Penido e eu - a solicitação do sindicato de que viabilizássemos as radiografias de boa qualidade para que se pudesse fazer pelo perito de vocês, que pudesse dar um laudo perfeito, embora não fosse papel da Prefeitura fazer radiografia para a justiça - o fizemos. Contratamos o hospital, compramos filme de qualidade e, para todos que quiseram fazer, a Prefeitura bancou para facilitar o processo a vocês.

Coloco-me à disposição de qualquer pessoa que possamos ajudar no que seja papel da Prefeitura fazer. Não tenho medo de homem que fala grosso, como há pouco falou o Massote, que ofendeu Nova Lima, que é bonita. Não é para esconder debaixo do tapete. Ela tem boa educação, meio ambiente, esporte, cultura e saúde de qualidade. Isso não é de hoje, é de muitos anos atrás.

Em face de muitas reivindicações que recebemos, contratamos o Dr. Roberval, médico de alta qualidade, referência em pneumologia,

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 29

que hoje atende 200 pacientes por mês. Fizemos tudo o que o sindicato, os mineiros e os aposentados nos solicitaram. Estou com a consciência tranqüila, porque a Prefeitura cumpriu o seu papel. Estou à disposição para o que seja necessário fazer a mais.

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado, Cléber.

Com a palavra, Otávio Freitas, Vereador à Câmara de Nova Lima.

**O Vereador Otávio Freitas** - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Edson Rezende, demais autoridades presentes, silicóticos e trabalhadores mineiros como um todo, boa tarde. Antes de mais nada, gostaria de relembrar a alguns e comunicar aos outros que, no final da legislatura passada, no final de junho passado, encaminhei um requerimento à Câmara Municipal de Nova Lima pedindo a instalação de uma audiência pública para que pudéssemos tratar, no âmbito interno da Câmara Municipal de Nova Lima, a Casa do povo, desse problema. É importante que se diga que estamos aqui com o apoio e a solidariedade da Comissão de Direitos Humanos, porque vamos ter mais um momento para rediscutir essas questões e até analisarmos o que de concreto e de efetivo essa luta dos trabalhadores conseguiu tirar desse fórum de discussão.

Peço paciência aos que já me ouviram manifestar-me sobre esse assunto porque quero manter a mesma linha que tenho mantido desde o primeiro momento em que a Auxiliadora e vários outros

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 30

trabalhadores silicóticos me procuraram pedindo apoio. Diante de uma causa tão nobre e verdadeira, obviamente não poderia deixar de ajudar, mesmo porque mero representante da vontade do povo e não necessariamente da minha.

Com relação ao acordo temos três pontos específicos. Após isso, temos um de natureza genérica e política, que é a causa de todos os problemas que enfrentamos em Nova Lima. O primeiro aspecto específico seria a participação do empreendedor nesse acordo, com a intervenção do sindicato e do Ministério Público. Uma reportagem do jornal "Estado de Minas", de 1º/4/2001, diz o seguinte. (-Lê:)

"Para Roberto Negrão, Diretor Jurídico da Mineração Morro Velho Ltda., subsidiária internacional da Anglo Gold, o acordo é uma tentativa de "corrigir um problema centenário da gestão passada". Em 1995, a nova administração assumiu com a preocupação de implementar uma política de segurança do trabalho, com a exigência do uso dos equipamentos de proteção e um programa rigoroso de prevenção de acidentes. Um dos primeiros atos teria sido aceitar o acordo, pois antes a empresa preferia se defender em juízo das acusações. Quanto aos valores acordados "é melhor para o trabalhador mineiro um pássaro na mão do que dois voando", avalia um Diretor da Morro Velho."

Ora, se a intenção é corrigir um problema que, como reconhecem, é centenário em Nova Lima, o caminho a seguir é o da legalidade. Mas, da forma como foi feito, ou seja, com indenizações que variam entre 7 e 14 mil reais e mais 300m<sup>2</sup> de terra, num local

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 31

onde não existe a menor infra-estrutura de asfalto, telefonia, água, iluminação pública e esgoto, é desmerecer a inteligência do trabalhador mineiro, que é a nossa verdadeira riqueza, porque o ouro debaixo da terra, sem a inteligência, o trabalho e o esforço do trabalhador mineiro de nada vale. A nossa verdadeira riqueza é o nosso trabalhador, a quem devemos defender, e não apenas dizer que a mineração nos traz riqueza. Não. Vocês é que nos trazem riqueza. Vocês geraram essa Nova Lima, que é bela, conforme as palavras do Dr. Cléber. Devemos isso a vocês.

Portanto, foi absolutamente infeliz a alegação de que o melhor para o trabalhador mineiro é ter um pássaro na mão do que dois voando, uma vez que tal acordo não representa qualquer ganho efetivo e real para os trabalhadores.

É a vida do trabalhador mineiro e de todos os membros de sua família, dos que dele dependem. Ele é o único provedor dessa família. Sua morte ou a diminuição de sua qualidade de vida, em decorrência da silicose, representa a miserabilidade de todos aqueles que dele dependem. Não estamos discutindo aqui apenas o trabalhador mineiro, mas sua esposa, seus filhos, seus dependentes, seus netos. Todos dependem dele. A partir de momento que o matamos, estamos matando toda uma família. (-Palmas.)

Acho lamentável que uma empresa que usufruiu do nosso subsolo, da nossa força de trabalho trate nossos trabalhadores desse modo, ou seja, com de R\$7.000,00 a R\$14.000,00, com 300m<sup>2</sup>, com um

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 32

terreno sem infra-estrutura e sabe-se lá onde. Se isso for implantado, será sem qualquer discussão ambiental. Na verdade, está se criando verdadeiros cortiços, verdadeiras favelas. Que qualidade de vida vamos dar a esse trabalhador?

O segundo aspecto específico dessa questão abrange a atuação do sindicato. Prefiro abordar essa parte, como a venho abordando, no sentido construtivo. Por quê? Porque, independentemente dos equívocos praticados no passado - e não foram poucos -, a verdade tem de ser dita: para mudar Nova Lima, temos de reconhecer nossos erros. Prefiro analisar a postura do sindicato como uma visão construtiva. Acho que o sindicato é a verdadeira mudança, é o meio para mudar essa situação lamentável, triste, crítica e absurda dos trabalhadores de Nova Lima, Sabará, Rio Acima e Raposos. Ora, o sindicato de Nova Lima tem uma importância histórica, como poucas entidades o têm. O próprio Deputado Durval Ângelo ressaltou a luta do Dazinho, a luta do sindicato e a luta daquela senhora que tive a honra de conhecer em minha campanha. Mas o tempo passa. As coisas são dinâmicas. O sindicato não pode ficar preso ao passado. Ele tem de se adequar, se aprimorar, se qualificar para poder defender bem os interesses dos trabalhadores.

O que hoje vivemos - e isso não é uma crítica ao sindicato de Nova Lima, mas ao movimento sindical como um todo - é que os sindicatos estão absolutamente distanciados dos verdadeiros anseios da categoria. Hoje eles se preocupam em comprar imóveis, em fazer



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 33

assistencialismo, clientelismo, em comprar terrenos. Não se preocupam em lutar, no âmbito da convenção coletiva do trabalho, por um melhor salário, por segurança e dignidade no trabalho. Hoje se preocupam em dar bolsas de estudo, aulas de inglês. Não que isso não seja importante, mas é importante que percebamos que, se o sindicato lutar por um padrão salarial melhor, por segurança no trabalho, por qualidade de vida, por condições dignas de trabalho, vamos estar lutando por todo e qualquer aspecto social envolvido.

Como a Auxiliadora falou, não queremos esmolas, mas ter direito a trabalho e salário, para que, com nosso salário, possamos comprar o necessário, possamos colocar os nossos filhos na escola.

É importante que se tenha uma preocupação com os acessórios, mas o fundamental é que os sindicatos lutem pelos salários, pelos adicionais de insalubridade, pelo 13º salário, pelas férias. Isso é a essência do sindicalismo, o que infelizmente estamos perdendo.

A mudança do sindicato não vem de cima para baixo. Se o povo de Nova Lima esperar que a Prefeitura resolva o nosso problema, vai se decepcionar. Temos de nos organizar e lutar para conseguir o que queremos. Não vamos conseguir o que merecemos se não lutarmos. Da mesma forma, não podemos esperar pelo sindicato. Obviamente, temos de votar na melhor diretoria, mas temos de cobrar, de estar presentes. Como o próprio Marcelino falou, acho que ele está no caminho certo, o sindicato tem de capacitar seu departamento

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 34

jurídico. Não basta dizer ao trabalhador: "Você assina se quiser". A obrigação do profissional da área jurídica do sindicato é esclarecer ao trabalhador mineiro o que está em jogo, quais são os riscos, quais são as vantagens, qual será a expectativa de ganho, o que é que se perde e o que se está buscando. É muito fácil e cômodo dizer ao trabalhador, que não sabe nem porque ele está nessa situação: "Você assina se quiser". Só tenho condição de assinar, se quiser ou não assinar, se quiser, depois que me esclarecerem, depois que me ensinarem e me disserem o que é certo ou errado. Antes disso, não tenho como optar.

O terceiro ponto seria a participação do Ministério Público. Não posso deixar, mais uma vez, de ler o que foi dito no dia 1º de abril, que parece uma mentira. Vou ler, então, a palavra do Ministério Público: "No texto do acordo, a Promotora de Justiça Maria de Lourdes Rodrigues Santagema, da Comarca de Nova Lima, assina a proposição, onde se lê sobre "a necessidade de se encontrar uma solução objetiva destinada a minimizar, a curto prazo, as atuais condições de dificuldades desses ex-empregados e familiares, os quais, sabidamente, sobrevivem com os recursos provenientes da Previdência Social".

Ora, senhores, pelo que foi dito aqui, buscava-se uma solução definitiva. Se essa solução definitiva tivesse sido buscada, estaríamos aqui? Estamos aqui porque, de definitivo, não se buscou solução nenhuma. E pior: para minimizar o problema da Previdência

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 35

Social. Todos sabemos que o que se ganha da Previdência Social é irrisório para manter uma família. Isso resolveu? Não, resolveu apenas por um período muito pequeno. Um acordo de R\$7.000,00 a R\$10.000,00 representa três anos de tratamento de silicose. Isso vai minimizar o problema? Vai, por três anos. E depois? Voltamos a morrer sem ar, a sofrer sem hospital?

Esses são os aspectos específicos do acordo, mas há um aspecto que é muito mais sério e grave, que é o político. Esse é a verdadeira causa dos nossos problemas. Estou falando da relação absolutamente promíscua que existe. Estou falando do poder público municipal. E aqui leia-se "Prefeitura Municipal de Nova Lima", com o setor minerário. (- Palmas.) Uma relação absolutamente promíscua, chega a ser incestuosa. Ora, como uma cidade de mineiros pode defender as mineradoras e não os nossos trabalhadores, que são a nossa verdadeira riqueza? Não podemos permitir que tudo neste município seja feito em prol de pequenos ou grandes grupos econômicos em detrimento da qualidade de vida do nosso povo. É fundamental que tenhamos uma visão mais clara do que está acontecendo. Essa relação promíscua entre a Prefeitura e o setor produtivo minerário não traz apenas esse passivo de saúde pública, traz passivo ambiental. Não têm nenhum cuidado com a questão ambiental. Basta olhar a situação da mina d'água e o gravíssimo acidente da Mineração Rio Verde em Macacos, em que o poder público municipal, por meio da sua omissão, da sua conivência, muitas vezes em conluio com a FEAM, permitiu que

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 36

se construíssem verdadeiras gambiarras, barragens que não têm sequer um projeto executivo. (- Palmas.)

Que o setor produtivo minerário é fundamental para a nossa riqueza não resta dúvida, mas deve ser bem implementado e em prol do povo e não de um capitalismo predatório.

Encerro a minha fala parabenizando vocês pela luta legítima, verdadeira, fruto dessa política que vivemos em Nova Lima. Tenho certeza de que depois de todo esse movimento, ninguém terá a coragem de dizer que isso não é legítimo, mas o Ministério Público municipal optou por abrir inquéritos policiais contra os mineradores, contra a Auxiliadora, contra o Patrício, sob o fundamento de que estariam acusando o Poder Judiciário. Isso é mentira, porque o que se fez foi convocar a população de Nova Lima nos seguintes termos: "Se algum trabalhador mineiro tiver um processo desaparecido, escondido, atrasado, que traga a sua reivindicação para o dia da corregedoria.". Hoje conseguiram inverter a verdade dos fatos e estão dizendo que esses trabalhadores, que estão defendendo não só o seu direito, mas o de uma coletividade, estariam ofendendo o Poder Judiciário. Isso é ditadura, opressão e tem como objetivo impedir o exercício livre da cidadania. Parabéns a todos. Contem comigo. Obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Muito obrigado, Otávio. Com a palavra, o Toninho, ex-Presidente do Sindicato de Nova Lima.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 37

O Sr. Toninho - Sr. Presidente, demais presentes, quando entramos com esse processo de silicose, não queríamos fazer acordo de R\$10.000,00 nem de R\$10.000,00 em lotes. Tendo em vista a idade em que vocês adquiriram a doença, entre 35 e 65 anos, idade produtiva do ser humano, queríamos que vocês fossem indenizados. Independentemente da morte ou não, a família teria direito a indenização. Luto porque meu pai morreu com 59 anos de idade, com mais de 80% de silicose.

O sindicato, cujo Presidente é o Sr. Marcelino, não tem legitimidade para representar o aposentado. Sindicato é para representar os trabalhadores. Portanto, não poderia ter assinado o acordo. Essa associação de aposentados não funciona, que só gasta o dinheiro de vocês.

Fiquei no sindicato durante seis anos e posso mostrar para os senhores o que tenho de patrimônio. Solicito a esta Comissão que analise a vida de cada Presidente depois que esse acordo foi feito. Ora, Presidente de sindicato que ganha um salário de R\$400,00 não tem condições de ter casa com piscina. Tudo foi feito nas costas de cada trabalhador, de cada aposentado que aqui se encontra. (- Palmas.)

Parabéns a todos vocês, porque estão denunciando os abusos da Morro Velho e a corrupção de um sindicato, que se vendeu. Se a diretoria mudou três vezes, foi por meio do voto de vocês, que estavam revoltados com a situação de cada silicótico.

Nova Lima é uma cidade bonita, nasci aqui e vou lutar para que seja uma cidade melhor, mas conclamo o Secretário a nos ajudar.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 38

Muitos que estão aqui recebem "mixaria" de aposentadoria e ele poderia muito bem, por meio do SUS, conseguir o remédio para vocês. Por isso existe a Prefeitura. (- Palmas.)

Parabenizo o Marcelino, meu amigo, que me ajudou em várias greves, e está no caminho certo. Naquela reunião, falei que aquele advogado era picareta, e ele perdeu o prazo para vários processos de vocês. Tinha que ir ao fórum pegar o processo, mas não foi. É muito fácil fazer política com o suor de vocês que trabalham dentro da mina, que só têm silicose porque o salário é miserável. O meu amigo disse que o sindicato está trabalhando errado, mas quem massacrou o sindicato na luta das conquistas foi esse Governo corrupto do Fernando Henrique Cardoso, que tem a coragem de pagar a vocês, que dedicaram 15, 20 anos dentro das minas, apenas R\$180,00 e ainda negar a assistência médica. Quero deixar aqui o meu protesto e dizer que podem contar comigo quando quiserem. Eu briguei, "tomei couro" e fui preso, mas não posso deixar de ajudar cada um de vocês. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Com a palavra, o Sr. Leonardo André Paixão, advogado.

**O Sr. Leonardo André Paixão** - Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, senhores integrantes da Mesa, senhores trabalhadores, o nosso desejo, ao participar desta audiência pública e pedir a palavra, é, sobretudo, lembrar que as disputas entre empresas e trabalhadores acontecem e elas têm lugar próprio

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 39

para serem resolvidas. Essa resolução precisa ser feita dentro do Poder Judiciário.

É com extrema preocupação que digo ao Deputado Edson Rezende e aos senhores que Juizes de Nova Lima residiram em apartamentos da Mineração Morro Velho quando julgavam as suas causas, pagando valores irrisórios a título de aluguel. Um deles chegou a dizer que tinha aluguel subsidiado, como os empregados da mina possuem, como se Juiz e empregado fossem a mesma coisa. E não é, nem pode ser. Esse mesmo Juiz foi, depois, promovido a Corregedor. Queremos que haja uma investigação muito séria a respeito dessa situação, porque isso foi dito e assinado pelo próprio Juiz que morava nas mesmas condições que os empregados da mineradora. Tenho aqui o documento com a assinatura do Dr. José do Carmo Veiga de Oliveira. Há pessoas que dizem que isso não é verdade, mas a prova está aqui. Isso não é conversa fiada, porque está documentada. É necessário que se investigue por que isso acontece e por que, levada a denúncia ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, até hoje não se tomou providência alguma. O caminho para se fazer essa investigação e abordar a exata relação entre Morro Velho, Juizes e Promotores é uma CPI, que tem poderes de investigação e pode quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico, para saber quem telefona para quem, dinheiro de quem vai parar na conta de quem. (- Palmas.) O inocente também vai querer a CPI para demonstrar a todos que é inocente. Queremos que a CPI colha os elementos de culpa, prove a corrupção que

Código do documento:

eventualmente existe e coloque os culpados na cadeia. Se não há acordo ou entendimento entre empresa e trabalhadores, é preciso haver um poder neutro que decida as questões. Há a necessidade de se saber por que um Juiz declara que mora no apartamento da Mineração Morro Velho julgando as causas dela. Isso precisa ficar claro, porque ainda não ficou.

Transmito esse pedido ao Deputado, para que trabalhe no sentido de instalar uma CPI das mineradoras, para investigar realmente que tipo de relação existe entre mineradora e Juízes e Promotores. Os bons Juízes e Promotores merecem os nossos aplausos; caso contrário, merecem todo o peso da lei, com todas as suas punições. É isso que todos estamos aguardando. Muito obrigado.  
(- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado, Leonardo.

Com a palavra, o Sr. Francisco Sales. (- Fala fora do microfone.)

**O Sr. Presidente** - O.K. O Dr. Cléber quer dar uma resposta ao Dr. Otávio.

**O Secretário Cléber Tavares** - Caro Vereador Otávio, o senhor está sendo extremamente desleal conosco. O senhor conhece muito bem a lei e sabe que quem fiscaliza mineradora é a FEAM e que não há Prefeitura alguma com poder jurídico de fiscalização. Prefeitura não fiscaliza mineradora. Ele está usando o sentimento de vocês para tirar proveito político e crescer para se reeleger. (-



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 41

Vaias.) Está aqui o Deputado para comprovar: quem fiscaliza mineradora é o Governo do Estado. (- Vaias.)

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Francisco Sales.

**O Sr. Francisco Sales** - Companheiros, é muito importante esta reunião. Ela nos trouxe tristeza, mas trouxe alegria também.

A Promotora falou sobre aqueles assuntos desagradáveis, sobre acordo. Não foi somente ela que falou. Só ouvimos, em Nova Lima, a palavra acordo, acordo, acordo. Vejam os retratos. Há possibilidade de essas pessoas receberem R\$3.000,00 ou R\$4.000,00? Isso é um abuso de poder. Vejam. Sou Presidente do sindicato. O Ronaldo me disse que os processos tinham sumido, que tínhamos de entrar novamente. A Mineração Morro Velho é poderosa, compra tudo. Ela virou as costas para mim. Procurei o advogado Paulo Sales, que entrou na justiça com um processo contra mim. A Mineração Morro Velho comprou ele. O que fazer? Procurar outro advogado em Belo Horizonte. E procurei. De advogado picareta estamos cheios em Nova Lima. Eles nos chamam para fazer acordo. Quem chama? É o padre? Sou eu? Não, eles.

Quero dizer que adquiri a silicose em 1978. E ainda trabalhei mais 12 anos no retorno com a doença. O médico falava que eu não tinha silicose. Quando saí em dezembro de 1992, o Dr. Clésio me deu uma declaração de que tinha silicose. Eu falei: eu já tenho a silicose desde 1978. Ele me disse: "Por que você não falou? "Eu respondi: eu fazia exames periódicos, que davam positivo. E sofria

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 42

com a silicose. É uma falta de respeito. Não tínhamos sindicato à época. Se tivéssemos, ele teria tomado providências a meu respeito e a respeito de muitos outros. É uma falta de respeito.

Tenho, aqui, o resultado da Dra. Ana Paula. E o meu problema é silicose e tuberculose. Agora, vou receber R\$7.000,00. A justiça de Nova Lima só joga R\$7.000,00 e terreno. Terreno para quem está morto? Isso é um absurdo. (- Palmas.)

Hoje me sinto satisfeito com os Deputados e órgãos de Belo Horizonte que nos procuram. Agora, acordo é falta de respeito. Vejam que assinou os acordos. Fui eu? Foi o Francisco Sales que assinou isso?

Hoje, saí de Ipatinga e um filho de um amigo me mostrou a ponta de dois dedos. Ele recebeu R\$82.000,00 de indenização pela ponta de dois dedos. Vi isso, hoje, em Ipatinga. Ele me disse: "Sr. Francisco, recebi R\$82.000,00 da USIMINAS por causa das pontas de meus dedos". E eu vou pegar R\$7.000,00 por ter meus dois pulmões podres? A Mineração Morro Velho é multinacional. Deus cobra daquelas pessoas que favorecem a Morro Velho. Vejam naqueles retratos: todos são silicóticos. Não é preciso haver acordo. E também não tem nada vencendo em novembro. Isso é "papo furado" desse pessoal. Todo mundo pode ficar tranqüilo.

Fui chamado à delegacia para depor. Eu não matei nem roubei. Fui chamado na delegacia por que sou a favor dos silicóticos? Dizem que vou ser chamado ao fórum para depor. Uma advogada me ligou

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 43

e me disse que vai mandar me prender e me matar. Ligou umas quatro ou cinco vezes para mim. Estou sendo ameaçado, mas não estou nem aí para eles. Quero ver esse pessoal que é contra os silicóticos pedir esmolas. É triste isso, gente. Está aqui: um homem novo numa situação dessas. É um absurdo. E ainda temos de ouvir as pessoas falarem em acordo, acordo, acordo. Quero pedir desculpas pelo meu português, que é horrível.

É isso que tinha a dizer a vocês. Não aceitem acordo. Os que fizeram acordo podem correr atrás, porque vocês têm direito. Estou com uma lista da Dra. Ana Paula de pessoas que estão com o pulmão todo podre, mas deu negativo. O pessoal fez a perícia. Foram diversas pessoas que levei para fazer perícia. E a Dra. Ana Paula deu negativo. Mas a Mineração Morro Velho está ajudando ela, como ajuda muitos por aí. (- Palmas.) Essa é a lista das pessoas que fizeram a perícia. Para todas, ela deu negativo a silicose, mas são silicóticas. É um absurdo uma coisa dessas. Onde está o sindicato para ajudar? Ele está somente levando os trabalhadores para fazer acordo. Foi feita a perícia, há mais de três anos. E o Juiz nem chamou ninguém para ser indenizado. Isso é um absurdo. Se tivéssemos uma justiça correta em Nova Lima, já tinha resolvido tudo.

Então, temos de procurar, de qualquer maneira, em Belo Horizonte. Graças a Deus, existem os Deputados para nos ajudar, e tenho certeza de que vão ajudar. De Nova Lima, não precisamos esperar nada. Se existisse justiça nesta cidade, todos os nossos problemas já

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 44

teriam sido resolvidos. Depois, falam que o Francisco Sales é agitador. Sou mesmo. Não tem problema. Dê no que der.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Com a palavra, o Sr. Evaristo Garcia, membro do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais e do Conselho Metropolitano de Saúde de Belo Horizonte, e um dos grandes responsáveis pela realização desta audiência pública, momento da mais alta importância para todos nós.

O Evaristo tem sido um companheiro comprometido com a saúde. Quando eu era Presidente da Comissão de Saúde, ele estava sempre presente em nossas reuniões.

**O Sr. Evaristo Garcia** - Nossa luta vem desde 1951, de todos os que a companhia mandou embora, um líder da campanha que fizemos contra a insalubridade. À época, D. Maria conseguiu que o José Nilo do Rosário realizasse uma assembléia no cinema da cidade, e fizemos uma passeata até Belo Horizonte. Rendo, neste momento, homenagem a D. Maria, que aqui está. (- Palmas.)

Agradeço ao Dr. Robson (?) o empenho que a Secretaria dos Direitos Humanos vem fazendo nesse caso e pelas três assembléias que realizou até agora: uma na ALEMG, outra na Câmara Municipal e esta de hoje.

Na reunião do Conselho Metropolitano de Saúde em Nova Lima, alguns trabalhadores me disseram que quem atendia os doentes era um pediatra. Hoje, o Secretário diz que contratou um profissional de alto gabarito, o Dr. Roberval. Vamos ter de confirmar isso.

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 45

Outra coisa: o Tribunal de Justiça não compareceu à ALEMG para fazer a correção prometida. Agora, veio aqui uma Promotora que fez essa barbaridade. (- Palmas.)

A Dra. Maria José Antunes, da 1ª Delegacia Regional de Saúde, não pôde comparecer porque tinha outros compromissos, mas posso afirmar que não tem conta o número de irregularidades que ela apurou nos municípios, incluindo Nova Lima, e mandou para o Tribunal Eleitoral. Queria impedir a eleição desse pessoal, mas não conseguiu. Alguma coisa estranha está por trás de tudo isso.

Companheiros, temos de lutar para corrigir as distorções no atendimento de saúde aos trabalhadores: que não falem médicos nem medicamentos; que ninguém tenha de sair de Raposos para ir ao Hospital Júlia Kubitschek tirar uma radiografia. A Saúde recebe recursos, mas não promove a saúde dos trabalhadores.

Apesar de o Presidente da Associação dos Aposentados e de Geraldo Adão dizerem que o trabalhador tem tudo, recebemos freqüentemente reclamações contra o serviço de saúde daqui. Infelizmente, a verdade é esta.

Assim sendo, Dr. Edson, apresento uma sugestão para corrigir o problema. (- Lê correspondência para o Governador do Estado de Minas informando que Prefeituras do Estado não estão gerindo bem os recursos da saúde, cuja gestão plena o Governo lhes transferiu, e solicitando que coloque em cada comarca um Promotor

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 46

Público honrado e honesto, para atender especificamente a saúde e acabar com as injustiças sociais.)

Só uma ação enérgica do Poder Executivo, da Corregedoria Geral da Justiça e da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos poderá resolver a situação difícil que estamos atravessando. (- Fala fora do microfone.) (- Palmas.)

**A Sra. (?)** - Sr. Presidente, entrego em suas mãos a documentação de um inventário da minha família, que está tramitando na Comarca de Nova Lima há 35 anos e 10 meses. Aqui se pode comprovar a falsidade documental da Morro Velho.

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Obrigado. Vamos avaliar com cuidado essa documentação.

Passo a palavra ao Wilson Souza, que aqui representa o Vereador Paulão, que também vem atuando nessa luta há muito tempo.

**O Sr. Wilson Souza** - Boa noite. Já somos conhecidos de muitos aqui, nessa longa luta em defesa dos direitos dos silicóticos. Agora, estamos em um momento importante. Confesso que hoje, depois de quase 10 meses - pois neste ano retomamos a luta -, fiquei de cabelo em pé, em Nova Lima: fiquei surpreso, Vereador Otávio e Deputado Edson, com o comportamento do Secretário de Saúde. Ora, quem autoriza o funcionamento de qualquer estabelecimento em uma cidade é a Prefeitura. Não é admissível que uma empresa como a Mineradora Morro Velha trate os filhos de Nova Lima da forma como trata, com a condescendência da Prefeitura. Não é admissível que a Prefeitura, que

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 47

deveria ter um comportamento duro e enérgico, fazendo com que a empresa respeitasse os seus filhos, ainda faça a cortesia de pagar para ela o raio X, para constar na justiça que os filhos de Nova Lima não têm silicose, quando, na verdade, são portadores, como morte decretada pela doença causada pelo trabalho naquela mina.

Hoje, vivemos em um mundo pelo qual se espalha uma onda fascista. E quem não se lembra da onda fascista? Aquele negócio que o Hitler fez com os judeus: dizia que os judeus tiravam o emprego dos alemães e, por isso, poderiam até morrer. Hoje, como conseqüência daquele atentado ao povo dos Estados Unidos, o Governo daquele país declara guerra a qualquer um e, com isso, alastram-se o terror e o medo em todo o mundo, suscitando inclusive a intolerância para com alguns grupos de pessoas: os muçulmanos, religiosos, estão sofrendo isso em grande escala.

Mas o fascismo no mundo não se dá apenas no âmbito político internacional: ainda em abril, quando na Câmara Municipal se fez uma grande audiência pública, com a participação da maioria de vocês, e a mineradora sentiu a força de mobilização desses aposentados doentes, mas trabalhadores firmes e conscientes de seus direitos, foi para a imprensa, amedrontada, dizendo que estava sofrendo uma grande campanha difamatória, porque ela, pobrezinha, coitada, "está sendo injustificada pelos doentes, que estão fazendo campanha política, e que na verdade aqui não há nenhum doente; que isso não passa de uma manobra de pessoas que nem são de Nova Lima". Ora, como muitos já

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 48

falaram, esta audiência pública não é importante apenas pelo número de pessoas que aqui foram representadas e de silicóticos que aqui estiveram presentes, mas pelo símbolo político que é e pela mobilização que vai causar nas pessoas de Minas Gerais, de Nova Lima e talvez de todo o País, que vão tomar conhecimento do problema de vocês e vão saber uma parcela razoável da população de Nova Lima e de cidades vizinhas morre com a condescendência do poder público local: da Prefeitura, do Judiciário e de outros órgãos do Poder Público em Nova Lima. Para não faltar com a justiça, quero dizer-lhes do trabalho e da luta que o Otávio tem empreendido em Nova Lima: é a única personalidade do poder público local que, de antemão, sem pestanejar, está assumindo essa luta ao lado dos silicóticos. O Otávio merece todo o respeito de vocês, e, embora não tenha autorização para falar em seu nome, podem estar certos de que essa luta não tem o interesse mesquinho de conseguir um ou dois votos na próxima eleição; é uma contribuição consciente.

Por fim, quero dizer que tenho certeza de que, em que pese à disposição de vocês, a luta pela conquista de seus direitos ainda é longa. Não podemos sair daqui achando que teremos uma mudança radical. Essa mudança radical só vai acontecer à medida que mais e mais moradores de Nova Lima e da região compreendam e se sensibilizem com a situação da região. Esse problema dos silicóticos, embora não seja o menor, é apenas um: vimos o problema do registro da mineradora, vimos o problema da criança que foi presa e ouvimos a

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 49

declaração do Secretário. O rumo dessas coisas só será alterado quando houver engajamento concreto e participação efetiva de todos vocês na definição do rumo da vida do povo de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e de toda a região. Há um importante dito segundo o qual nós, os trabalhadores, somos os coveiros dos capitalistas; que nós, trabalhadores, que somos explorados e humilhados por toda a vida, somos os coveiros dos poderosos. E precisamos começar a cavar a cova deles o mais fundo possível, para enterrá-los em um lugar de onde nunca mais possam sair; aí, será o grito de liberdade de nosso povo.

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Wilson Souza. Há mais alguém da platéia que queira falar? (- Pausa.)

**O Sr. Antônio do Carmo** - Boa tarde. Sou representante da comunidade da Mina d'Água. Muitos já viram, mas vários ainda não tiveram a oportunidade de reparar o absurdo que está ali. Muitos aposentados que aqui estão, como meu pai, também silicótico, estão vivendo esse absurdo. O mundo caminha para o terrorismo, e não só nos Estados Unidos. O terrorismo de vocês começou quando o Paulo Néri fez a lei da aposentadoria e de insalubridade e quando o primeiro homem entrou na mina sem que lhe fosse dada proteção. Mas muitos de vocês que trabalharam na mina ainda têm uma grande contribuição a dar para Nova Lima, porque não é só o direito de vocês que está sendo desrespeitado, mas também o da população. O acidente de 1987 serviu para desempregar vários de vocês e ainda hoje causa transtornos. Por que as casas estão trincando? Por que aconteceu o acidente de

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 50

Macacos? Por causa do tal terrorismo e da falta de ação do Governo, da Secretaria, da FEAM, que não é confiável. E provo o que estou dizendo: cansei de falar com o Dr. José Cláudio, com o Caio que era preciso fiscalizar a área de Nova Lima, e todo o mundo que passou por Macacos viu que a coisa ali estava para cair. E não só ali: todos os mananciais estão repletos de minério e por desabar. E em dezembro aquilo aconteceu; a sorte foi que não estava chovendo, pois poderia ter morrido muito mais gente. E está lá a Mina d'água, com lençol d'água, toda trincada, como foi vinculado na Rede Bandeirantes e no "Estado de Minas" no mês passado. E a empresa vem dizer que lá é invadido? Ora, sou nascido e criado na região, onde meu pai mora há mais de 50 anos. A empresa está mentindo: com base nisso, não podemos confiar na empresa e nos órgãos governamentais.

Agradeço demais aos Deputados, mas quero dizer que as palavras mais corretas que ouvimos aqui foram desse senhor, que falou com sabedoria, porque o lixo de Nova Lima está debaixo do tapete; estão criando uma Cubatão em Nova Lima, por meio da usina de Queiroz e da lama senical.

Também houve quem falou aqui que já houve ameaças de morte. Ora, prometem morte para todo o mundo. Eu mesmo fui jurado de morte por várias vezes, e por uma luta que caberia em primeiro lugar à Prefeitura. Inicialmente, a Câmara tentou ajudar, mas, quando houve esse absurdo dos Macacos, quem deveria estar brigando? O Prefeito deveria ter sido o primeiro a levantar a bandeira. Há quase dez anos

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 51

pedi um exame epidemiológico, que não foi feito até hoje. O antigo Secretário de Saúde não agiu; o que a Prefeitura fez foi uma parceria para massacrar: indenizaram duas casas com R\$18.000,00 e estão massacrando o povo, acabando com as pessoas, destruindo bairros, destruindo tudo. De tudo isso, o Prefeito da gestão passada participou. Então, o que estou dizendo ao senhor é que é urgente que saia do gabinete e vá até lá. E é muito difícil ouvir que o senhor desconhece tudo isso, porque, se é um cidadão nova-limense, deveria saber. E quero dizer-lhe mais: todo o povo que está aqui está lutando por direitos. Os absurdos a que nos referimos foram anunciados antes de acontecer: foram anunciados pela Itaminas, MBR, Vale do Rio Doce e todas as mineradoras, que estão erradas no processo. Então, é necessária uma ação eficaz e urgente. Tenho em mãos alguns papéis e posso dizer que a única acolhida que tivemos foi da Secretaria da Segurança Pública, por meio do Departamento de Registro e Controle Policial. Foi o único órgão que trabalhou em favor do povo de Nova Lima. O bairro está trincando em duas partes: em um lado e no outro. Aposto que muito cidadão nova-limense não sabe disso, mas no meio do bairro está a obra mais importante e cara de Nova Lima: a adutora da COPASA que abastece Belo Horizonte. Isso está no meio de um bairro que está trincando; se aquilo estourar, vai morrer muita gente, mesmo. E acho que é terrorismo de quem tem essas informações, mas nega tudo. Colocar ali o CO<sub>2</sub>, o dióxido, em cima da população e fazer vista grossa? E a FEAM não responder nem à polícia? Tudo isso está

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 52

aqui, e será passado às mãos dos Deputados. Aqui já se realizou uma audiência pública, que foi dar em quê?

O Prefeito foi omissivo o tempo todo. Em nenhum momento manifestou-se ou enviou seu secretariado. Somos cidadãos novalimenses. Então, o Prefeito não é de Nova Lima. Se o Prefeito não deu palavra...

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Antônio, o tema é a Mina de Morro Velho.

**O Sr. Antônio do Carmo** - Os senhores deram a palavra de que vão visitar a mina. Saibam que as duas últimas mortes de funcionários deram-se na mina. Se foi na mina, de acordo com documentos federais dos quais os senhores têm conhecimento, não é segura. Se morreram dentro da mina é crime. O Ministério Público tem de investigar.

Ouvimos o Prefeito dizer que construiu estradas, mas não o vimos protestar contra o absurdo que foi o rompimento da represa.

Devo dizer que aquilo não é mina d'água. Vista Alegre está sobre uma casca. O lixo que jogam em alguns buracos desaparece. Dizem que é sumidouro. Está caindo dentro da mina. Explosões na mina estão provocando a vibração de todas as casas daquela região. Tudo isso é assunto da mina e da mineradora. Estou feliz por os senhores estarem levantando o tema. Com fé em Deus, isso nos ajudará. Vamos ficar longe desse terrorismo imposto a nós pela própria FEAM. É muito bom falar em CPI, porque é ela que está moralizando este País. Estão lavando muita roupa suja. Peço a Deus que os senhores tenham força,

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 53

hombridade, coragem e compromisso. Que os senhores consigam nos ajudar. Não confiem em uma empresa que mente. Trabalhem com os Deputados. Sem sua força e a dos Vereadores, não obteremos sucesso. Obrigado.

**O Sr. Presidente** - Estamos na fase final. Nossa reunião já está-se esvaziando. Peço aos senhores que sejam objetivos. Do contrário, perderemos o principal, que é a síntese final.

Com a palavra, o Sr. Andrei, Presidente da UBES, que falará como apoiador da causa dos silicóticos.

**O Sr. Andrei** - É um prazer estar aqui. Hoje, ouvimos o clamor pelo direito e pela perspectiva de futuro. Um dos testemunhos mais bonitos foi o de D. Maria, valorosa combatente, dirigente sindical, que, nos anos de chumbo, dirigiu o povo na luta dos trabalhadores. O que se vê hoje é fruto da grande onda de corrupção, da falta de valores e da falta de perspectiva. A justiça é burocrata e atrasada. Vemos o descaso com o direito do trabalhador, com o direito do pai e da mãe de família. A UBES, por intermédio da UMES, está na luta com vocês. Os estudantes filhos dos trabalhadores da Mina de Morro Velho, filhos dos silicóticos, devem também ter perspectiva no futuro. Dizem que Nova Lima é uma cidade para se viver, que Nova Lima é a cidade do ouro. Mas a cada dia Nova Lima passa a ser a cidade dos órfãos, por causa da silicose. Muito me admira o representante do Executivo, o Sr. Secretário de Saúde, dizer que a Prefeitura fez o máximo pelos trabalhadores. O SUS suspendeu o

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 54

atendimento no hospital. Temos acompanhado o caos da saúde pública neste País. Temos acompanhado o índice de repressão à juventude nesta cidade. Prova incontestável é o filho de uma das senhoras aqui presentes, reprimido por sua indignação. Prova incontestável é que, desde a semana passada, os estudantes desta cidade estão em mobilização na Câmara Municipal. Hoje, novamente, estaremos lá, por uma política social para amenizar o bolso do trabalhador, que é o passe escolar. Fruto da mesma repressão, esta semana o Presidente da UMES de Nova Lima foi intimado pelo Juizado de Menores, ameaçado, sob alegação de que os estudantes estavam fazendo baderna na Câmara. Lutar por seus direitos, na linguagem desse povo, é baderna.

Castro Alves, o grande poeta da abolição, dizia que a praça é do povo. A praça deve ser tomada pelo povo todos os dias. Essa é uma experiência de formação na luta por seus direitos e pela perspectiva de um futuro melhor. Aqui se identificam os homens públicos comprometidos com o povo. E lugar de homem público comprometido com o povo é na linha de frente, junto com os trabalhadores, junto com a juventude, junto com os homens e com as mulheres deste País. Lugar de homem público não é em seus gabinetes, despachando somente.

Aqui fica a saudação da UBES e da UMES. Podem contar conosco. A partir de hoje, esta audiência pública extrapola o movimento dos silicóticos e transforma-se em uma luta do povo, que deve ser encarada com o silicótico e com o não-silicótico, com o

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 55

trabalhador e com o desempregado. Como diz o Hino Nacional, "verás que um filho teu não foge à luta", Nova Lima. Saudações.

**O Sr. Presidente** - Obrigado. Registro a presença do Márcio Marques, Presidente do PSB de Nova Lima e Vereador por esta cidade, que teve de se ausentar por motivo de votação de um projeto. Com a palavra, o Sr. José Justo da Silva.

**O Sr. José Justo da Silva** - Como médico, o senhor conhece muito bem a causa. Silicose tem cura? Não falo em meu nome. Nunca me chamaram para esse exame, porque vivia mais internado no hospital do que em minha própria casa. Tenho uma causa na justiça. Eles não davam conta de mim, porque já fui doido. Fui parar no Galba Veloso. Mas, pelo poder do Pai lá em cima e da Mãe poderosa, pelos medicamentos e pelo repouso, reconquistei minha mente. Não como era.

Um companheiro nosso foi tirado da Mina de Morro Velho porque não tinha condição de trabalhar. Era prejudicado pela poeira. Ele esquentou a cabeça, achou que a causa estava perdida, e foi assinar um acordo com a companhia. Mas a companhia só aceita perícia médica com os médicos dela. Quando chegou lá, os médicos disseram que esses dois indivíduos não têm mais silicose. Tem jeito de isso acontecer?

Quando falamos que certas pessoas se vendem por dinheiro, dizem que falamos demais, sem prova. Mas acho que isso é uma prova suficiente, porque essa pessoa que citei tem comprovante do médico da própria empresa quando o tiraram de dentro da mina, como ele não tem

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 56

condição de trabalhar, mas queriam mandá-lo embora. Como ele tinha direito à aposentadoria, ele a requereu e está vivendo ganhando uma "mixaria".

O Sr. Secretário disse que Nova Lima é uma cidade sadia. Mas, chegando à farmácia do SUS, não se acha um remédio, fui procurar Capoten, Clorana para pressão, não achei um comprimido. Muito obrigado. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende)** - Muito obrigado, Sr. José. Passo à palavra ao Dr. Cléber, que pede direito de resposta. Logo após, passaremos às conclusões.

**O Secretário Cléber Tavares** - Pessoas que não conhecem Nova Lima como vocês falaram certas coisas injustas. Nova Lima tem 15 postos de saúde, e se 90% das pessoas quiserem se consultar amanhã, vão conseguir. Os que não conseguem, todos vão à policlínica e são atendidos no mesmo dia. Atendemos 6 mil consultas por mês, e distribuimos 6 mil receitas. Nossa farmácia pode ter defeitos, mas a grande maioria dos medicamentos são distribuídos, é uma farmácia de alto nível. Nosso laboratório também é de alto nível, faz 11.600 exames. Nenhum paciente fica sem fazer exames. A fisioterapia atende 100% das pessoas. Desafio um município em Minas Gerais a ter o padrão de saúde, de assistência à doença e promoção que Nova Lima tem.

Criamos aqui um programa de idosos, com 4 médicos, 379 são atendidos em casa, 100% dos idosos que nos procuram têm assistência em casa de qualidade. Qual município tem isso?

Código do documento:



**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 57

Eu me coloco à disposição, acho que estão corretos de lutar por direitos em que acreditam. O que for papel do município e da saúde podem contar conosco. Um grande beijo e um abraço para vocês.

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado, Dr. Cléber. Com a palavra, o Sr. Fernando Massote, para finalização.

**O Sr. Fernando Massote** - Meus amigos, recebi uma resposta cheia de bravata do Secretário e do Prefeito. Não ia responder, mas fiquei indignado com o ataque que recebi. Outra pessoa chegou e respondeu por mim. Mas ele não foi cauto o suficiente, não entendeu o meu silêncio. Quero dizer ao senhor que Nova Lima tem uma política sistemática de botar a sujeira debaixo do tapete. Se isso não fosse verdade, não estaríamos diante dessa injustiça, desse mar de desumanidade, basta olhar os companheiros que estão na primeira fila. Nova Lima é um tapete cheio de sujeira, não só por causa dos silicóticos, mas por um punhado de outras questões, como os rios e córregos que estão todos absolutamente poluídos.

Além da poluição física, há a sonora. No centro da cidade, várias pessoas não podem dormir por causa do barulho da "pizzaria" do Jambreiro, de propriedade de um empresário inconsciente, amigo do Prefeito. No centro, temos também a sede do Lions e outros locais que inundam a cidade com o mais profundo desrespeito pela lei do silêncio. Eu não falo grosso, simplesmente me indigno, estou expressando uma voz do coração, indignada. Aconselho o senhor a meditar melhor sobre suas palavras. Obrigado.

Código do documento:

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 58

**O Sr. Presidente** - Obrigado, Fernando. Com a palavra, o Sr. Telmiro de Carvalho.

**O Sr. Telmiro de Carvalho** - Tenho respeito pelo sindicato, pela companhia, pela Prefeitura, mas somos tapeados pela Morro Velho, que tapeia tudo em Nova Lima. Tenho respeito pelo novo Diretor do sindicato, é ótima pessoa, mas a Morro Velho está tapeando tudo. Desde 1978 trato da silicose, o próprio sindicato passado falou que não tinha direito. Vivo às custas de remédio para silicose. A companhia me dá R\$140,00 de remédio e o próprio Marcelinho me deu um aparelho de manômetro, de balão de oxigênio, ele pode não lembrar, mas o aparelho que ele me deu está me ajudando a viver. Por isso, tenho respeito por meu sindicato, mas a companhia está amarrando os recursos. O médico me falou que só remédio sem alimentação não faz efeito, e o meu salário não dá para comprar o remédio que falta e me alimentar adequadamente. (- Palmas.)

**O Sr. Presidente** - Muito obrigado, Sr. Teodomiro. Quero agradecer à comissão organizadora, a todos que foram ao nosso gabinete para que estivéssemos aqui hoje. Uma coisa tem de ficar clara para todos nós, a responsabilidade da vida de quem entra em uma mina é da empresa. José Justo falou aqui sobre isso. Precisamos questionar aqui se a questão é de justiça.

A luta, como foi colocado pelo Wilson, é longa, não é fácil. Vocês saíram agora da circunvizinhança de Nova Lima e foram para o Estado, não só por terem ido à Assembléia, mas por a

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 59

Assembléia ter vindo aqui. Historicamente, as empresas, principalmente as estrangeiras, estiveram neste País usurpando nosso solo, poluindo nosso ambiente, acabando com as possibilidades de vida adequadas em muitas regiões deste País e se foram. Deixaram-nos aqui porque estavam tranquilos em seus países. A vida humana é tão importante ou mais do que a questão do meio ambiente. Qual o nível de responsabilidade que uma empresa tem de ter sobre a saúde de seus trabalhadores? Qual é a responsabilidade de uma empresa que abre suas portas ou seus portões tem pelos seus trabalhadores? É só aposentá-los mal e porcamente e entregá-los ao Governo Federal? Ela não tem nenhuma responsabilidade sobre isso?

Otávio, não sei se você já tem comissão de direitos humanos em Nova Lima, gostaria de estar presente na constituição dessa comissão, que será um instrumento importante de luta.

Conheço muitos silicóticos de outras partes do Estado. Sei que a luta de vocês não é exclusivamente dos trabalhadores da mina de Morro Velho, mas quero dizer que é muito simbólico, muito emblemático a luta começar aqui. Quero crer que uma CPI nascida aqui não deva tratar somente da questão da mina de Morro Velho, mas dos trabalhadores, com seus pulmões, que estão feito pedras, e não conseguem mais respirar. Há muita pedreira por aí e muito trabalhador cheirando poeira, transformando seu pulmão em pedra, porque quando a sílica entra não sai mais, diferente do minério de ferro que, muitas

**Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação**  
**Reunião Extraordinária de Comissão - de Direitos Humanos**  
**24/09/2001 - 15 horas - -**

Pág.: 60

vezes, o pulmão consegue fazer essa limpeza. Mas a sílica entra e fica, não saí.

Este País é injusto pela exploração dos trabalhadores. Quando vinha para cá fiquei observando no caminho a construção dos castelos dos ricos, à semelhança do que se fazia na Idade Média. Os ricos da classe A deixam os pobres lá embaixo, sobem para as cumeeiras para se defenderem, se protegerem, enquanto a população trabalhadora os torna ricos, porque sem os trabalhadores eles não teriam o dinheiro que têm.

Parece-me consenso aqui que constituamos uma CPI. A partir de amanhã, na Assembléia, vamos colher assinaturas para instalar essa CPI. Muito obrigado.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, amanhã, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.